
Pesquisa-ação na reconexão alimento-território: mapeamento das certificações orgânicas do Sudoeste e do Litoral do Paraná

Action-research in the reconnection of food-territory: mapping organic certifications in the Southwest and Coast of Paraná, Brazil

Investigación-acción en la reconexión alimento-territorio: mapeo de las certificaciones orgânicas en el Sudoeste y Litoral de Paraná, Brasil

Marcos Aurelio Saquet * 

César Andrés Alzate Hoyos ** 

Resumo

Este texto é um dos primeiros resultados do nosso programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação Alimento e Território, financiado pela Fundação Araucária, Estado do Paraná. Está relacionado ao objetivo de conhecer como acontece a produção agroecológica de alimentos no Sudoeste e no Litoral do Paraná a partir de 2013, processo que estamos compreendendo a partir de uma concepção histórico-crítica e territorial voltada para a cooperação com os camponeses e com as camponesas, bem como com os consumidores e as consumidoras destes produtos alimentares. Assim, compreender o movimento histórico de territorialização das práticas agroecológicas é fundamental, juntamente com o entendimento de como acontecem as certificações orgânicas, tema descrito e representado neste texto, servindo como uma das bases que orientam nossas ações de pesquisa-ação-participativa com os sujeitos do nosso programa supracitado.

Palavras-chave: território; agroecologia; pesquisa-ação-participativa.

Abstract

This text is one of the first results of our New Research and Innovation Arrangements: Food and Territory program, funded by the Araucária Foundation in the state of Paraná, Brazil. It is related to the objective of understanding how agroecological food production has been taking place in the southwest and coast of Paraná since 2013, a

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). NAPI Alimento e Território.
E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

** NAPI Alimento e Território. Pós-doutorando na UNIOESTE – bolsa CNPq.
E-mail: csalzate@gmail.com

process that we are understanding from a historical-critical and territorial conception focused on cooperation with peasants, as well as with consumers of these food products. Thus, understanding the historical movement towards the territorialization of agroecological practices is fundamental, along with understanding how organic certifications take place, a topic described and represented in this text, serving as one of the bases guiding our research-action-participatory actions with the subjects of our program.

Keywords: territory; agroecology; research-action-participatory.

Resumen

Este texto es uno de los primeros resultados de nuestro programa Nuevos Arreglos de Investigación e Innovación Alimento y Territorio, financiado por la Fundación Araucaria, Estado de Paraná, Brasil. Teniendo como objetivo conocer cómo se viene dando la producción agroecológica de alimentos en el Sudoeste y Litoral de Paraná desde 2013, proceso que estamos entendiendo desde una concepción histórico-crítica y territorial centrada en la cooperación con los campesinos, así como con los consumidores de estos alimentos. Por lo tanto, la comprensión del movimiento histórico hacia la territorialización de las prácticas agroecológicas es fundamental, junto con la comprensión de cómo las certificaciones orgánicas se llevan a cabo, un tema descrito y representado en este texto, sirviendo como una de las bases que guiarán nuestras acciones de investigación-acción-participativa con los sujetos que comprenden este programa.

Palabras clave: territorio; agroecología; investigación-acción-participativa.

Introdução

Dentro do programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI) Alimento e Território, financiado pela da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, iniciado em novembro de 2022, temos como territórios de pesquisa o Sudoeste e o Litoral do Estado do Paraná, Brasil.

Projeta-se, em conformidade com a metodologia proposta de pesquisa-ação-participativa, realizar, como uma das fases iniciais da pesquisa, um mapeamento das certificações orgânicas das famílias agricultoras do recorte espaço-temporal do programa supracitado. Este objetivo tem como intuito o reconhecimento dos “nós” agroecológicos do Paraná para orientar nossas pesquisas subsequentes voltadas para o fortalecimento dos circuitos de proximidade das experiências de comercialização solidária.

A pesquisa-ação-participativa é nosso horizonte de atuação e marco ético-político de envolvimento com os sujeitos do nosso NAPI, isto é, trata-se de um método de coprodução de conhecimento voltado para os sujeitos de pesquisa, notadamente famílias camponesas e colaboradores de diferentes instituições da sociedade civil, tais como ONGs, associações de trabalhadores e pequenas cooperativas da agricultura familiar.

Assim, nesta oportunidade, apresentamos alguns resultados preliminares sobre as famílias agricultoras certificadas, sublinhando a importância do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac), mas não exclusivamente este, como mecanismo de base para dialogar com as práticas de autonomia e governança dos territórios.

A problemática de pesquisa

A maioria de municípios estudados compreendem a formação territorial do Sudoeste do Estado do Paraná, onde o povoamento sistemático e a colonização foram realizados entre os anos 1940 e 1970, majoritariamente, por descendentes de alemães, italianos e poloneses originários dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A migração e colonização acontece num amplo processo de desterritorialização e reterritorialização, como camponeses produtores de alimentos diversificados e matérias-primas destinadas ao mercado (ROCHE, 1969; PADIS, 1981; FERES, 1990; BONETI, 1997; WACHOWICZ, 1987; SAQUET, 2003 [2001], 2006, 2021).

Como explicam Alves dos Santos e Saquet (2010), perante à chamada modernização agrícola ocorreu, a partir dos anos 1970, no Sudoeste do Paraná, a incorporação de práticas de mecanização, utilização de insumos químicos, aumento da produção de culturas como soja e milho, entre outros aspectos. Este processo se manifesta de forma desigual no tempo e no espaço, mas há permanência de uma estrutura fundiária de pequenos estabelecimentos rurais onde, historicamente, realiza-se a produção camponesa com relações de produção não tipicamente capitalistas.

A colonização do Paraná não só é diversa dos outros estados do Sul, como também teve e tem uma diferenciação interna a este estado. Como sublinha Waibel (1949, p. 219), nem o “clima insalubre de tierra caliente”, nem a estreita serra do Paraná, com suas encostas tão íngremes, a tornou propícia e atrativa para a colonização,

à exceção de algumas colônias italianas implantadas na década de 1870, o que explica a menor quantidade de alemães que migraram para o Paraná.

Estado este que teve, sucintamente, três processos colonizatórios, a saber, o português, a partir dos séculos XVII-XVIII; o sulista, supracitado, especialmente depois de 1940; e o feito por paulista e mineiros, na direção Norte-Sul, instalando-se no Norte do Paraná. Estes três movimentos estão na base da ocupação efetiva das terras, principalmente a partir dos anos 1960-70, servindo de base para a urbanização e industrialização do Paraná.

Os próprios processos de desterritorialização que trazem consigo a lógica expansionista do capital, permitiram que, desde as margens da racionalidade dita moderna e mercantil, emergissem diferentes movimentos contra-hegemônicos, a partir dos anos 1970. Assim, tanto os movimentos ambientalistas quanto a Agroecologia, os primeiros com visibilidade internacional desde 1972 com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, e, a segunda, ampliando-se especialmente depois dos anos 1980-90. Há, então, pontos de confluência na denúncia do degradante modelo de modernização agrícola e urbano-industrial, como também, na ação movimentada de resistência representada na práxis agroecológica (SAQUET, 2021).

Práxis esta contraditória, evidentemente, ora incentivada, ora dificultada pela legislação orgânica implementada no Brasil. Como salientam Stroparo, Floriani e Lesama (2022), as certificações agroecológicas podem ser abordadas como uma alternativa competitiva pois não partem do princípio da produção em escala, pelo contrário, consideram a agrobiodiversidade, o respeito e cuidado ambiental, o comércio justo, as relações comerciais locais e de contato direto como o consumidor, entre outros atributos das práticas agroecológicas, como a qualidade de cada alimento.

Como sublinham os autores supracitados, as certificações são um instrumento que, respeitando a heterogeneidade dos territórios, procura contribuir para estabelecer sistemas autossuficientes, diversificados e sustentáveis. Porém, é justamente o tipo de padronização e produção em escala do mercado convencional que torna a competitividade desigual em relação à agricultura familiar (STROPARO, FLORIANI e LESAMA, 2022). Então, perguntamo-nos, quais as principais características das certificações e certificadoras orgânicas no Sudoeste e no Litoral do Paraná?

Certificações e certificadoras

Neste contexto, ao analisar os dados do Paraná, foram identificadas quatro certificadoras: o Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR; o IBD Certificações Ltda; a ECOCERT Brasil Certificadora; KIWA BCS BRASIL e um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac): a Associação Ecovida de Certificação Participativa. São instituições regulamentadas dentro do “Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica” (SisOrg) gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que compreende Certificação por Auditoria e Sistemas Participativos de Garantia.

De acordo com Sarandon (2019), o paradigma agroecológico emergente e alternativo ao paradigma da revolução verde, parte de um pensamento complexo e holístico, plural nos modos de como e quem faz agricultura, inclusivo, interdisciplinar, participativo, ético etc. Acreditamos que estes elementos, quando abordados desde uma práxis territorial, permitem-nos caminhar junto com as comunidades rurais e urbanas na construção de circuitos alimentares de proximidade.

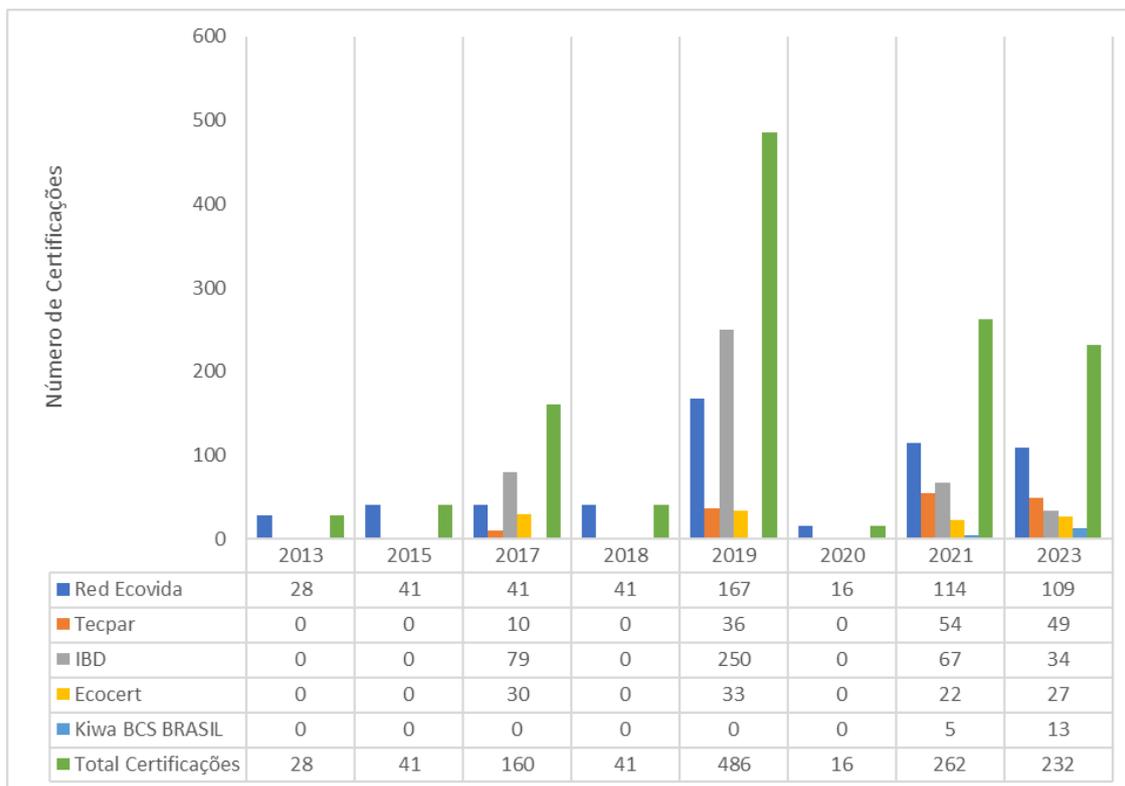
Para Calgaro, Silva e Santos (2022), esta noção é muito mais abrangente do que a dos circuitos de comercialização, pois, busca-se ativar diferentes categorias de proximidade que promovam o fortalecimento dos vínculos sociais com o território. “As proximidades podem viabilizar as ações de solidariedade em seu sentido de reciprocidade entre indivíduos e organizações de determinado território” (SILVA et al., 2021, p.1). Deste modo, as proximidades poderão ser: geográfica, organizacional, cultural, institucional e de propósito, esta última, “fundamentada na autogestão, democracia, inclusão socioeconômica e respeito ao ambiente” (SILVA et al., 2021, p.1).

Dentro desta perspectiva, apresentamos as principais certificadoras e o número de certificações registrado entre os anos 2013-2023 (atualizado até fevereiro de 2023) (Gráfico 1, Tabela 1). Como se percebe nestes gráficos, tivemos dificuldades para conseguir parte dos dados de 2013, 2015, 2018 e 2020; em 2017, 2019 e 2021, destacam-se o IBD e a Rede Ecovida de Agroecologia; em 2022, evidenciam-se a Rede Ecovida e o Tecpar, sempre em relação aos dados do Sudoeste e do Litoral do Paraná. Um aspecto de alta relevância, é a grande diminuição do total de certificações

registradas entre 2019 e 2023, provavelmente, em virtude dos impactos da pandemia do COVID-19, passando de 486 para 232.

De modo geral, podemos perceber que, no Sudoeste e no Litoral do Paraná, destacam-se as certificadoras Rede Ecovida, Tecpar, IBD e Ecocert. Considerando os dados aos quais tivemos acesso até o momento, a Rede Ecovida é a única que tem continuidade histórica de certificação nestes dois “ecossistemas” paranaenses, com destaque para os anos 2019, 2021 e 2023, especialmente nos municípios do Sudoeste do Paraná, pois ali estão duas organizações vinculadas à Rede Ecovida, a saber: o Centro de Apoio à Produção Agroecológica (CAPA), em Verê, e a ASSESOAR, já citada, em Francisco Beltrão.

Gráfico 1 - Sudoeste e Litoral do Estado do Paraná: número de certificações orgânicas, 2013-2023



Fonte: MAPA (2021 e 2/2023) - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos; Rede Ecovida de Agroecologia (2013 e 2015); ASSESOAR (2013); CAPA-Verê (2015).

Org.: Cesar Andrés Alzate Hoyos, 2023.

Entre os municípios do Sudoeste e do Litoral do Paraná, destacam-se, historicamente, Capanema, Planalto, Francisco Beltrão, Realeza, Santo Antônio do Sudoeste, Antonina e Verê, com destaque para as certificações destinadas para a

comercialização da soja orgânica, em alguns municípios, e de hortaliças, na maior parte dos municípios destes dois ecossistemas do Paraná.

Tabela 1 - Sudoeste e do Litoral do Estado do Paraná: número de certificações dos municípios, 2013-2023

	MUNICÍPIOS	2013	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2023
Sudoeste	Ampére		2	4	3	6	2	8	15
	Barracão			2	1	5		5	6
	Bela Vista de Caroba					1		2	3
	Bom Jesus do Sul			2					
	Capanema			35		85		40	18
	Chopinzinho			4		2		2	2
	Coronel Vivida			3	1	4		3	6
	Dois Vizinhos				1				
	Flor da Serra do Sul	1		1					
	Francisco Beltrão	5	7	2	4	12	4	13	16
	Itapejara d'Oeste	4	5	2	4	2	2	4	1
	Manfrinópolis			1		2		3	4
	Marmeleiro	1	1	3		1	3	2	4
	Nova Prata do Iguaçu					1			
	Pato Branco			1	2	4		10	8
	Pérola d'Oeste			1		56		2	3
	Planalto			15		64		19	8
	Pranchita			1		2		2	2
	Realeza			40		43		8	11
	Renascença			1		5			
	Salto do Lontra			2		5		6	3
	Santa Izabel do Oeste			5		9		4	2
	Santo Antônio do Sudoeste			12		16		8	
São Jorge d'Oeste			3	4	9		5	5	
Saudade do Iguaçu					4				
Verê	17	26	21	21	29	5	33	36	
Vitorino					1		1	2	
Litoral	Antonina					108		52	29
	Guaraqueçaba					4		4	10
	Guaratuba								2
	Morretes							22	32
	Paranaguá					6		4	4
	Total de certificações	28	41	161	41	486	16	262	232

Fonte: Mapa, 2/2023. Org.: Cesar Andrés Alzate Hoyos, 2023.

Como se observa no Gráfico 1, o maior crescimento ocorreu em 2019, não por acaso antes da pandemia do COVID-19. Em termos do papel das certificadoras, podemos sublinhar o papel da Opac da Rede Ecovida, sendo superada apenas em 2017 e 2019 pelo IBD Certificações. Este é um aspecto muito positivo se considerarmos as certificações de controle social “[...] como uma forma de organização coletiva que propicia possibilidades de pensar o coletivo, preservar as territorialidades e discutir a governança territorial” (STROPARO, FLORIANI e LESAMA, 2022, p. 85).

Já na Tabela 1, destaca-se o número de certificações por municípios, assim, no Sudoeste, surpreendem as certificações de Capanema (atingindo 85 em 2019, em que 75% foram do IBD e o restante da ECOCERT); também se sobressaem Pérola D’Oeste (56), Planalto (64) e Realeza (43), no ano 2019. No Litoral, destaca-se Antonina, com 108 certificações em 2019, em que a Opac da Rede Ecovida só teve predominância neste último município com 95 certificações.

A seguir, apresentamos a representação espacial histórica dos certificados da Rede Ecovida elaborada por Raquel Meira para o Sudoeste do estado entre o período 2014-2018 e por nós, para o Sudoeste e o Litoral com dados extraídos do MAPA referentes ao mês de fevereiro de 2023.

Nestas primeiras duas Figuras (1 e 2), Verê tem 26 certificações, Francisco Beltrão e São Jorge D’Oeste, seis cada município, são justamente os municípios onde o CAPA e a ASSESOAR atuam fortemente, assim como em Coronel Vivida, Itapejara D’Oeste, Pato Branco, Marmeleiro e Cruzeiro do Iguaçu com presença também do CAPA. Já para o ano 2015, segundo esta fonte, Ampére e Planalto começam a ter certificações da Rede Ecovida, ano em que a concentração permanece em Verê, Francisco Beltrão e São Jorge d’Oeste, situação que praticamente não se altera até 2018.

Figura 1 - Certificados da Rede Ecovida de Agroecologia, 2014

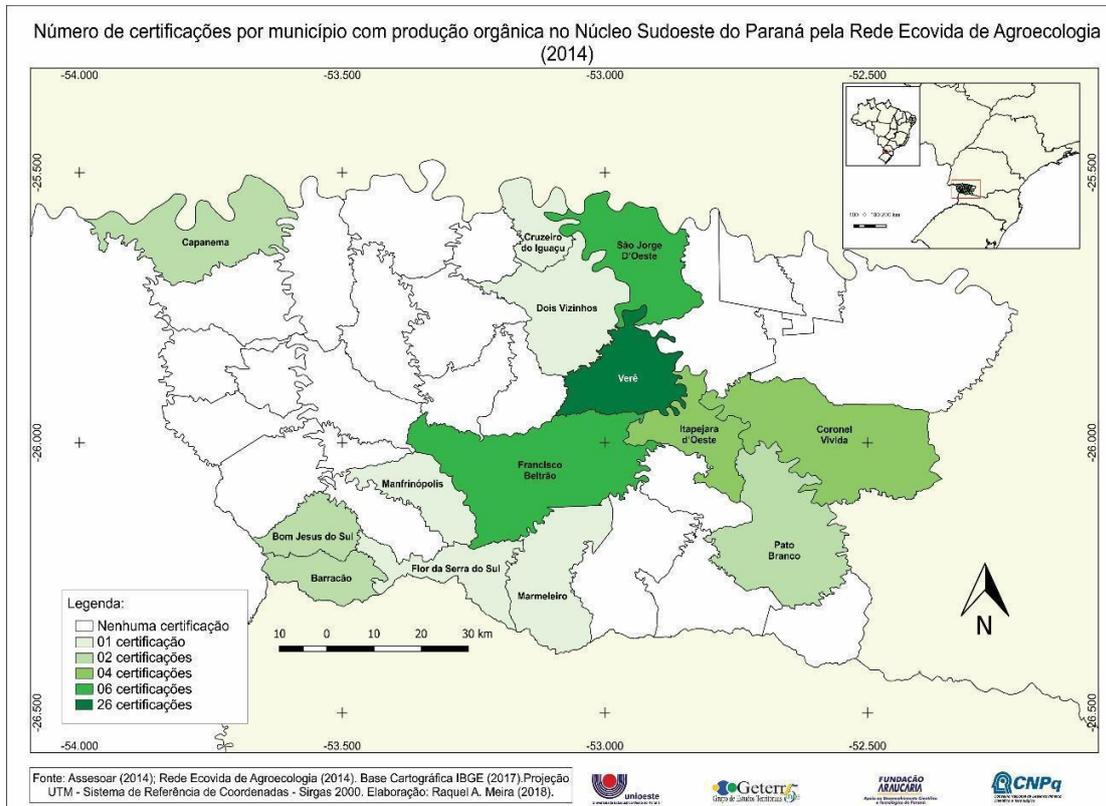


Figura 2 – Certificados da Rede Ecovida de Agroecologia, 2015

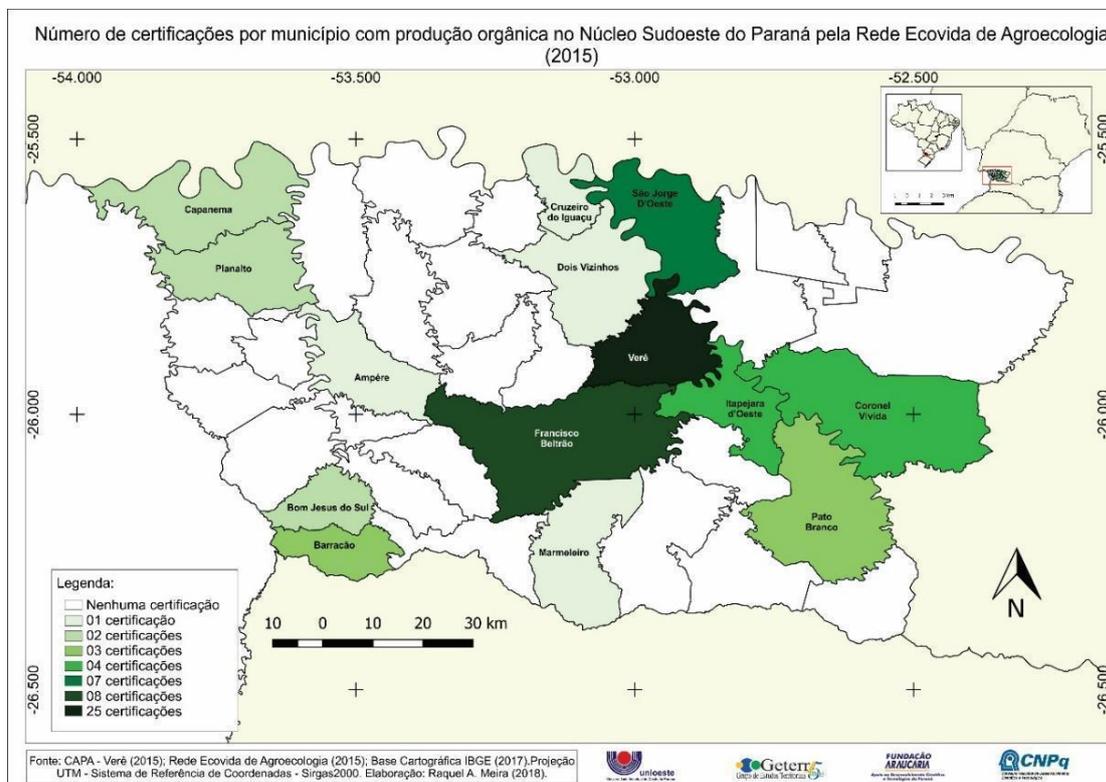


Figura 3 – Certificados da Rede Ecovida de Agroecologia, 2016

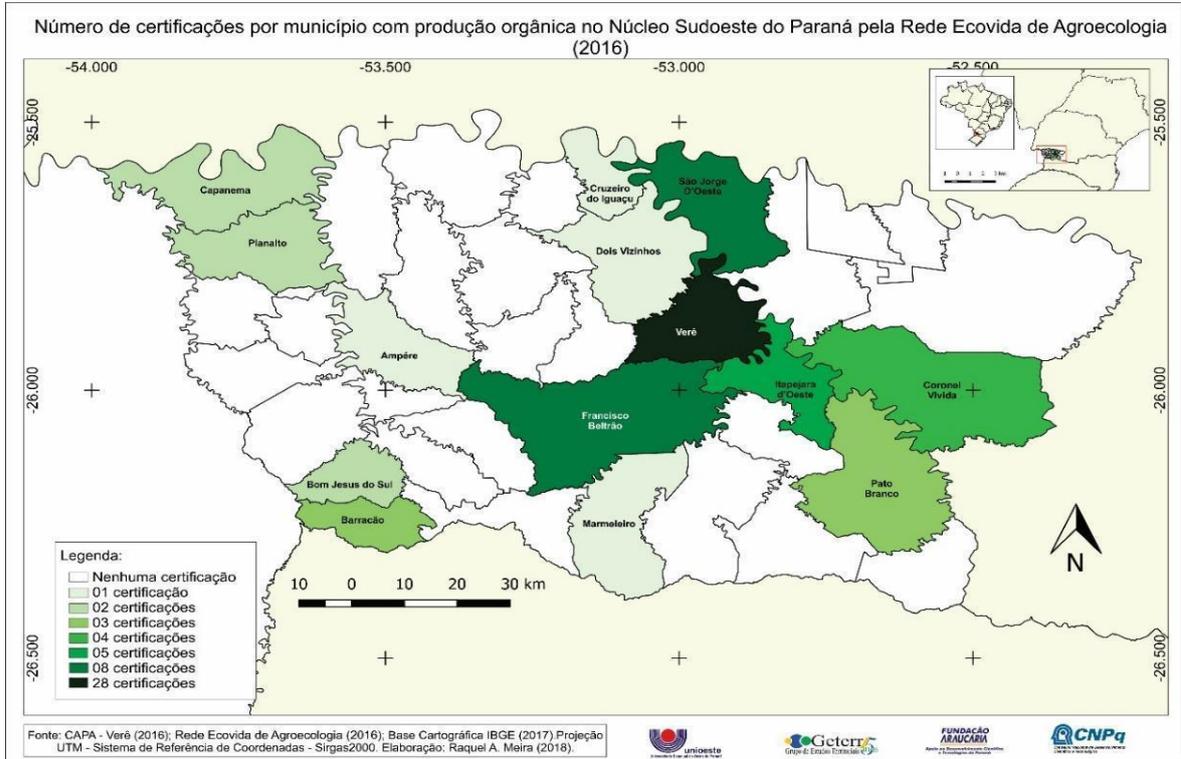
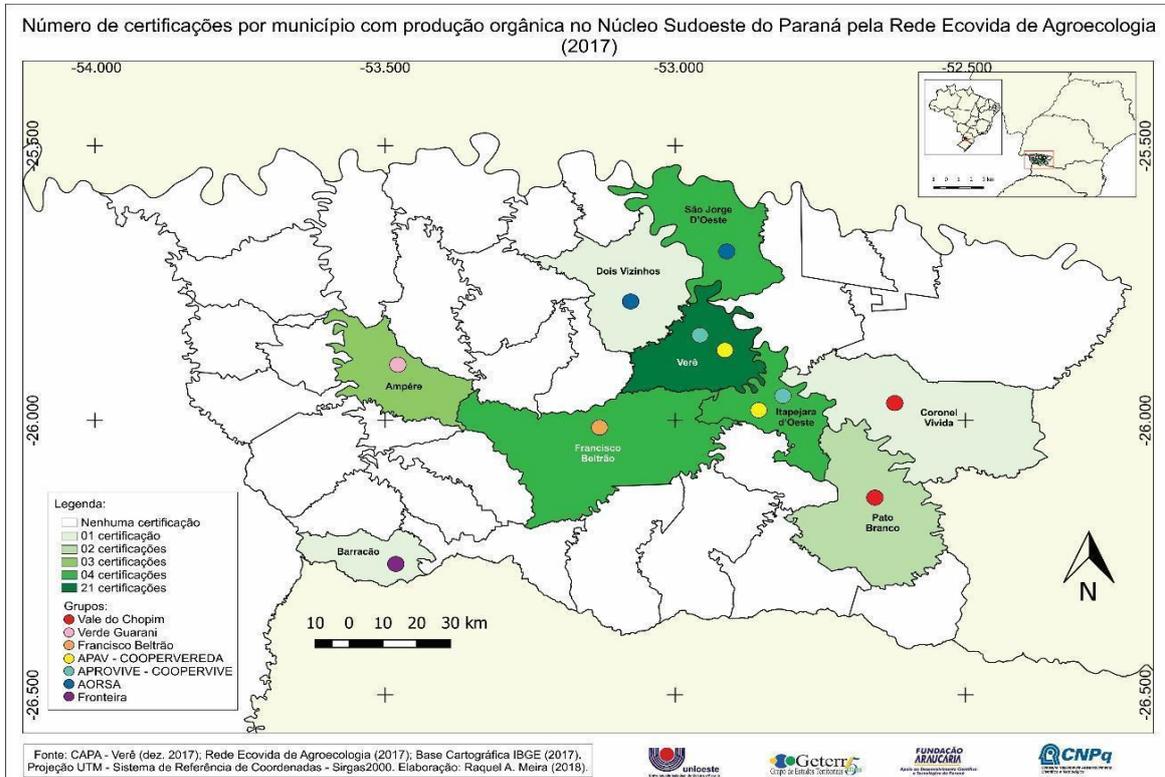


Figura 4 – Certificados da Rede Ecovida de Agroecologia, 2017



Deste modo, fica mais claro a inserção de municípios de Ampére com 3 certificações, em 2017; porém, alguns municípios neste mesmo ano têm predomínio de certificações, incluindo outras certificadoras, como Capanema (35), Realeza (40), Planalto (15) e Santo Antônio do Sudoeste (12), com destaque para o IBD. Algo semelhante também se apresenta em 12/2017 (Figura 5), para um total de 141 famílias certificadas no Sudoeste do Paraná (levando em conta todas as certificações, segundo dados do MAPA), bem como em 2/2018 (Figura 6), ao destacarmos as certificações feitas pela Rede Ecovida de Agroecologia. No âmbito desta rede, o epicentro agroecológico permanece em Verê-Francisco Beltrão-São Jorge d'Oeste; já no que se refere à mesorregião do Sudoeste, conforme os dados do MAPA, a concentração está em Realeza-Capanema-Planalto.

Figura 5 - Certificados registrados no MAPA, 12/2017

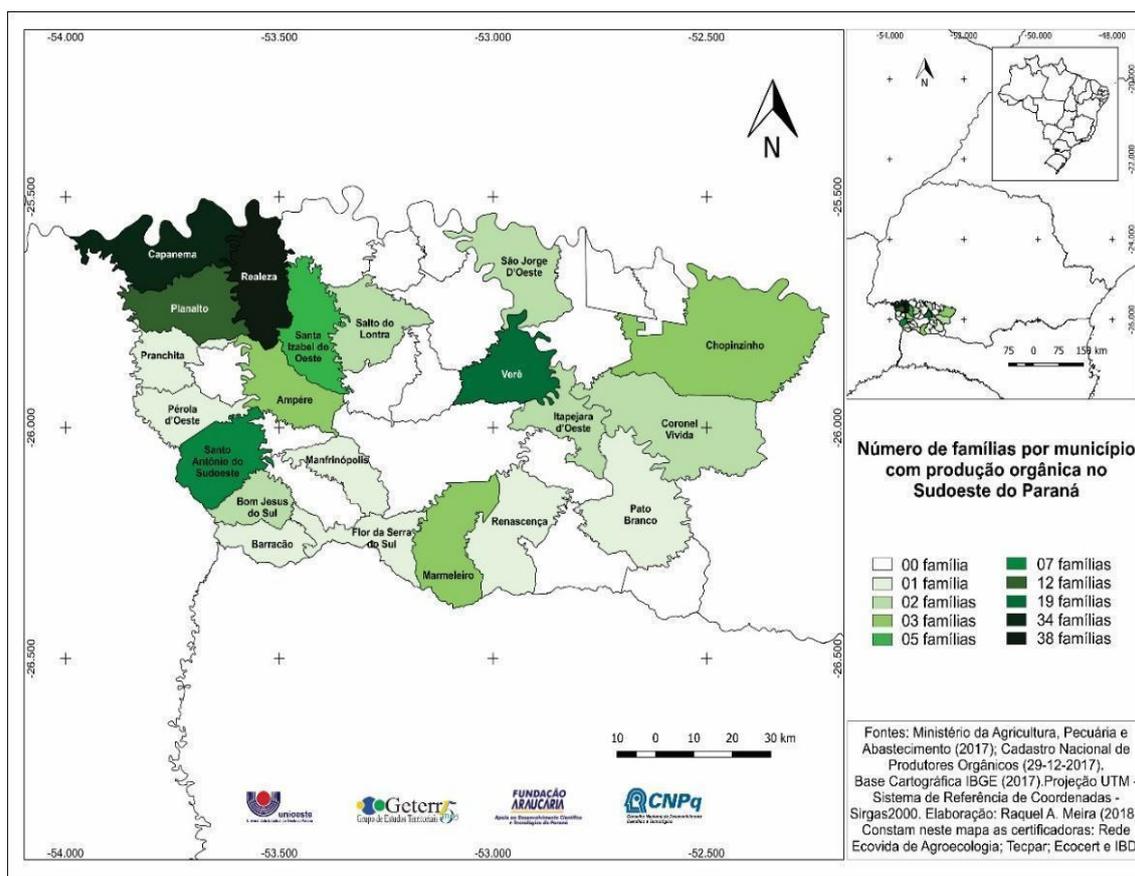
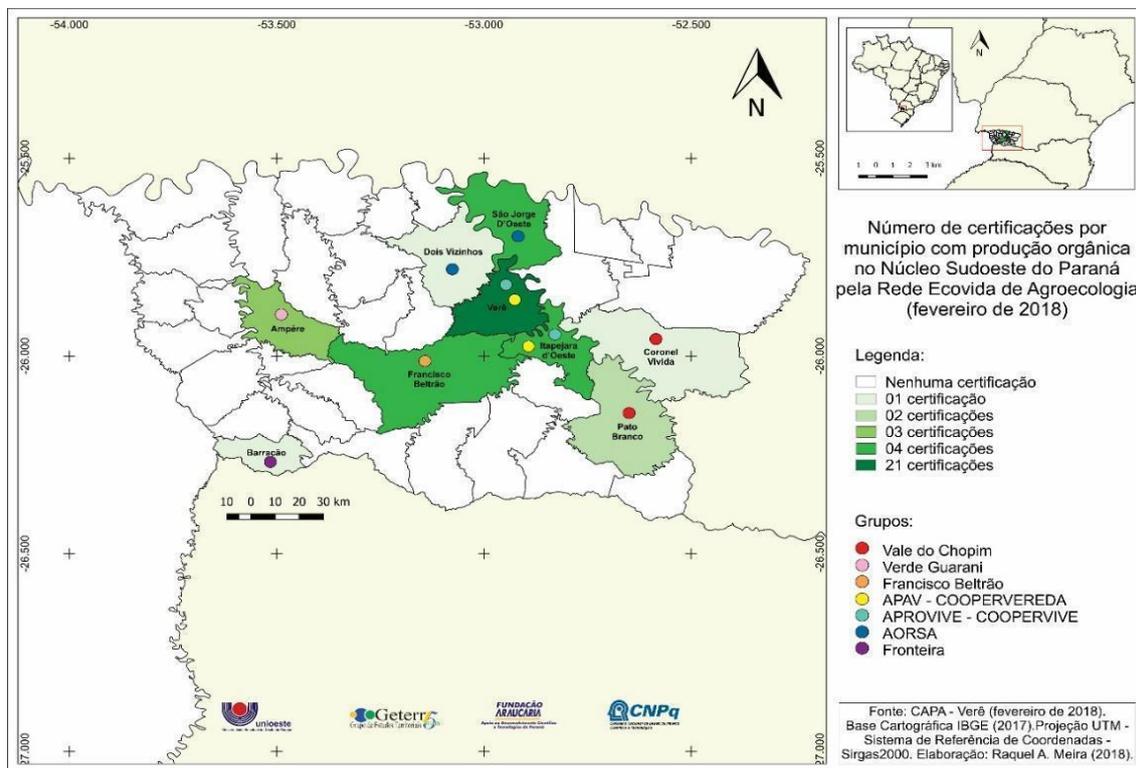


Figura 6 – Certificados da Rede Ecovida de Agroecologia, 2/2018.



Aliás, positivamente, em 2019 registrou-se, segundo dados do MAPA (2019), o maior número de certificações (486), em que 250 (51%) pertenciam às certificações feitas pelo IBD (mantendo predominância nos municípios de Capanema, Pérola D'Oeste, Planalto e Realeza) e 167 (34%) à Rede Ecovida, nesta última, destacam-se os municípios de Verê (29), Francisco Beltrão (10) e São Jorge D'Oeste (8), na região Sudoeste, e Antonina (95), no Litoral do Paraná.

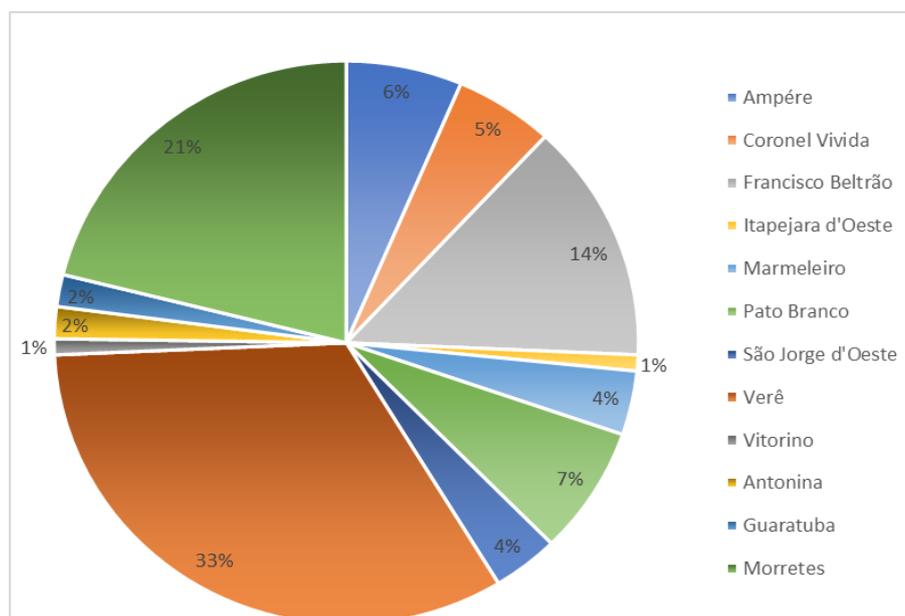
Neste aspecto as marcas deixadas durante a pandemia são muito evidentes, notificando-se apenas 16 certificações da Rede Ecovida, em 2020, no total dos municípios estudados. Em 2021, conforme já mencionamos, os impactos também foram bastante severos nas certificações registradas no MAPA. Já no início de 2023, o que se percebe é um significativo aumento das certificações no Sudoeste e Litoral do Paraná, passando, de 262, dado de 2021, para 232, em 2023, com destaque para Verê e Morretes (Figuras 7 e 8).

Para o ano 2021 foram registradas 262 certificações, em que a Rede Ecovida representou 43,5% (114), tendo também uma participação significativa do IBD, do TECPAR e da ECOCERT, 25,5%, 20% e 8%, respectivamente. Neste contexto, das 232 certificações identificadas em 2023, o município de Verê continua concentrando a maioria de certificações, com 36 certificações, em que 100% são da Rede Ecovida, e no resto do Sudoeste (acima de 10 certificações), Capanema tem 18, Francisco Beltrão 16, Ampére 15 e Realeza 11 registros de certificações. No Litoral, Morretes tem 32 certificações, superando Antonina (29), Guaraqueçaba (10), Paranaguá (4) e Guaratuba (2).

Ao observarmos os dados relativos (Gráfico 2), notamos claramente a predominância no Sudoeste do Paraná e, ali, em alguns municípios, onde se evidenciam, apesar das constantes dificuldades, as certificações realizadas pela Rede Ecovida. Do universo total das certificações desta Opac, percebe-se a predominância de Verê (33%), Francisco Beltrão (13,8%) e, em menor medida, Pato Branco (7,3%), Ampére (6,4%) e Coronel Vivida (5,5%) no Sudoeste, e Morretes (21,1%), no Litoral.

Nestes municípios, no início de 2023, a principal atividade dentro das certificações foi a produção primária vegetal, em que se destacam: abacate, abobrinha, abóbora, acelga, aipim/mandioca, alface, alho, alho poró, almeirão, ameixa, amendoim, arroz, batata doce, bergamota/Mexerica, berinjela, beterraba, caqui, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, couve brócolis, couve-flor, couve folha, ervilha, feijão de vagem, feijão preto, feijão vermelho, figo, Laranja, melancia, melão, milho, milho pipoca, milho Verde etc. E em algumas atividades de processamento, destacam o suco de Uva Tinto Integral, o Queijo Colonial, o fubá e algumas frutas congeladas.

Gráfico 2 – Municípios do Sudoeste e do Litoral do Estado do Paraná: porcentagem de certificações da Rede Ecovida - atualização de 02/2023

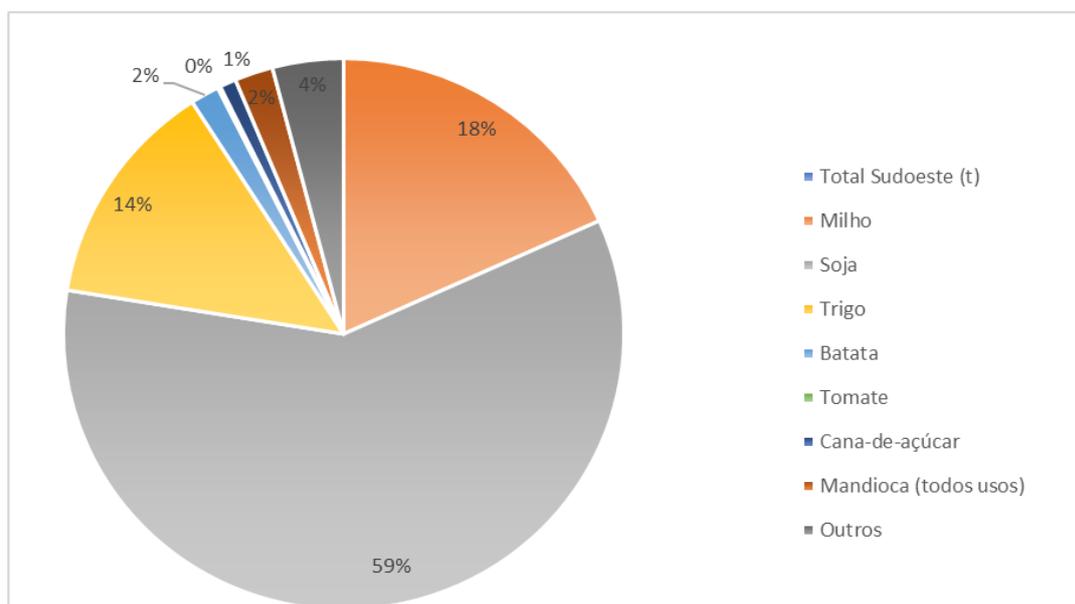


Fonte: Mapa, 2023.

Org.: Cesar Andrés Alzate Hoyos, 2023.

Já no processo hegemônico de expansão do agronegócio no Paraná, segundo os dados da SEAB DERAL (2022), apresentados no Gráfico 3, a título de ilustração, com os dados da safra 2020/2021 e levando em conta todos os 37 municípios do Sudoeste: do total produzido (3.957.616,62 ton), a soja (59%) continua sendo uma cultura predominante, assim como o milho (18%) e o trigo (14%) e, em menor proporção, a cana-de-açúcar (0,9%). Notavelmente, esta é uma consequência da modernização agrícola antes mencionada, e da força que o agronegócio tem. Deste modo, culturas como a mandioca (2%), a batata (1,7%) e o tomate (0,2%), muito importantes na nossa alimentação cotidiana, apresentam, evidentemente, uma proporção percentual muito menor.

Gráfico 3 – Municípios do Sudoeste do Estado do Paraná: distribuição porcentual das culturas na safra 2020/2021

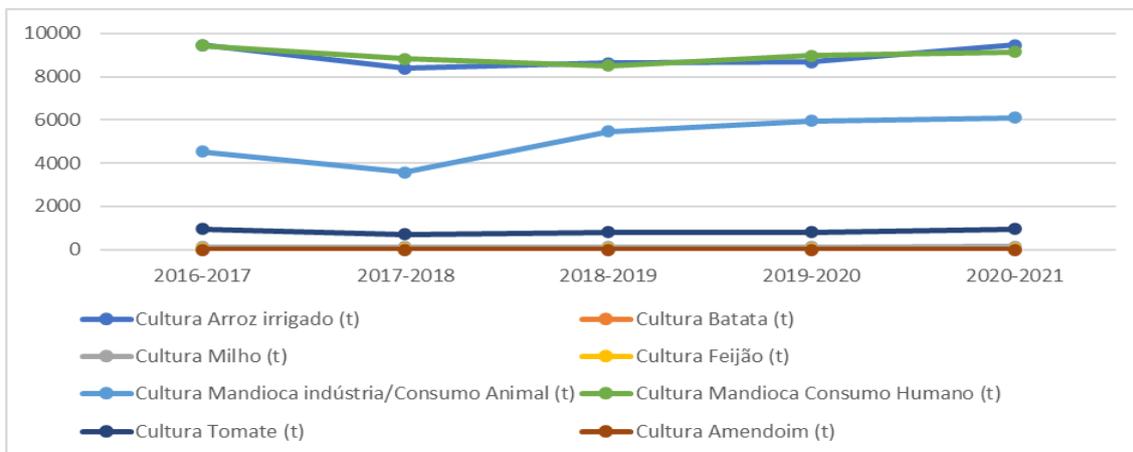


Fonte: SEAB DERAL, 2022.
Org.: Cesar Andrés Alzate Hoyos, 2023.

Já no caso dos municípios do Litoral (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), na safra 2020/2021, das 39.702,2 toneladas produzidas, 38% corresponderam à mandioca (industrial/consumo animal e consumo humano) e 35% à cana-de-açúcar. Não foram notificados dados de produção nem de soja nem de trigo, somente 2% de tomate e 0,4% de milho. Possivelmente, uma das explicações se deve à baixa produção que esta região tem em relação ao Estado do Paraná, pois, embora a cana-de-açúcar tenha 35% do total produzido na região, nesta safra, isto só equivale a 13.824,5 toneladas.

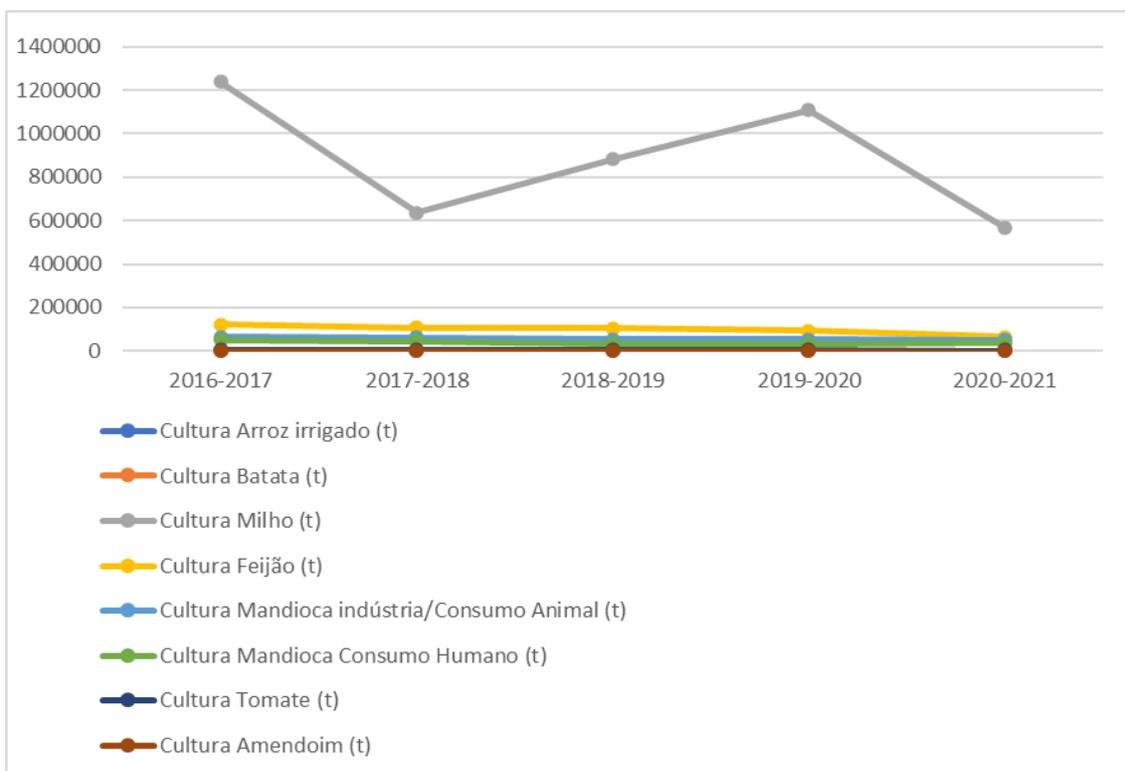
Analisando dados da Produção Agrícola do Estado do Paraná do SEAB para as safras escolhidas (utilizando como critério principal o papel que estas culturas desempenham na alimentação humana, além de outros fins) e compreendidas no período 2017-2021, no Litoral (Gráfico 4), com valores acima das 8.000 toneladas, a mandioca para consumo humano mantém uma curva mais constante, já a mandioca industrial/consumo animal mantém uma média acima das 3.500 toneladas. Outra cultura a destacar é o arroz irrigado com valores que variam entre 8.000 e mais de 9.000 toneladas. Contudo, a produção de tomate não atinge 1.000 toneladas e o feijão não ultrapassa as 23 toneladas.

Gráfico 4 – Municípios do Litoral do Estado do Paraná: culturas selecionadas, 2017-2021



Fonte: SEAB DERAL, 2022.
Org.: Cesar Andrés Alzate Hoyos, 2023.

Gráfico 5 – Municípios do Sudoeste do Estado do Paraná: culturas selecionadas, 2017-2021



Fonte: SEAB DERAL, 2022.
Org.: Cesar Andrés Alzate Hoyos, 2023.

Levando em conta os dados do Gráfico 5, no Sudoeste a cultura de milho é bem mais expressiva quando comparada com as outras, na safra 2016-2017 ela atingiu a produção de 1.238.555 toneladas. As outras culturas abordadas não chegam a 200.000 toneladas; apesar disso, o feijão atinge uma produção de 120.732 toneladas na safra 2016-2017, diminuindo até chegar a menos de 70.000 toneladas no período 2020-2021. Podemos perceber como, de maneira geral, há uma tendência de diminuir a produção com o tempo, por exemplo, comparando a safra inicial 2016-2017 e a final 2020-2021, temos que a mandioca industrial passa de 64.284 para 50.292,5 toneladas, a mandioca para consumo humano passa de 50.471 para 35.947,5 toneladas e, as produções de tomate, batata e amendoim são de 6.105, 635 e 213,6 toneladas, respectivamente, na safra 2020-2021.

Enfim, há claramente um processo de supervalorização de cultivos do agronegócio, como soja e milho, em detrimento do cultivo de alimentos de consumo diário, como arroz, feijão, tomate, batata-doce, mandioca, saladas e frutas. Ao mesmo tempo, notamos um movimento de resistência das poucas famílias que ainda produzem alimentos agroecológicos, fato que, obviamente, requer nossa atenção especial no NAPI Alimento e Território, para aumentarmos e qualificarmos nossa cooperação com estes sujeitos que produzem uma importante parcela da nossa alimentação cotidiana.

Considerações finais

É importante trazer este cenário geral da produção do Sudoeste e do Litoral do Estado do Paraná, para compreender as tendências que acompanham a queda generalizada da produção de alimentos para consumo humano, junto com o estudo analisado na primeira parte deste artigo, ou seja, abordando as certificadoras e certificações agroecológicas que se inserem nos processos participativos de avaliação da conformidade.

Assim, foi possível evidenciar o papel de certificadoras como a Rede Ecovida de Agroecologia, o TECPAR, a ECOCERT e o IBD, atuando no Paraná ao longo do período estudado, com diferentes intensidades. Outro aspecto destacado diz respeito aos severos impactos da pandemia COVID-19, diminuindo-se agudamente a quantidade de certificações entre 2019 e 2021. Então, enquanto o agronegócio se expande no Paraná, percebemos fragilidades e oscilações na quantidade de certificações agroecológicas, neste caso, a partir das ilustrações referentes ao Sudoeste e ao Litoral do Paraná. E este

é um aspecto de alta relevância social, ambiental, econômica, política e cultural, evidentemente, também é uma questão de soberania e segurança alimentar.

Saquet (2021) já constatou as principais dificuldades que os camponeses agroecológicos têm para produzir, certificar e comercializar, tais como a falta de mão-de-obra para trabalhar neste tipo de produção; pouco financiamento público orientado para a agroecologia e a escassa assistência técnica especializada para tal. Atualmente, no âmbito das atividades de pesquisa e extensão do NAPI Alimento e Território, embora em fase inicial, já foi possível confirmar esses limites, ampliados em virtude do constante movimento de parte da população rural para as cidades. A questão da produção de alimentos para nossa alimentação cotidiana, portanto, é seríssima.

Por fim, cabe destacar que, como expõe Pinto (1989), dentro dos momentos da pesquisa-ação, esta fase investigativa tem o intuito de estabelecer uma base de reconhecimento da área de estudos e dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Deste modo, mapear as famílias agricultoras e suas organizações do Sudoeste e do Litoral do Estado do Paraná, permitirá entender a territorialização das condições históricas e atuais em que as experiências de agroecologia se encontram, substrato importante para desenvolver não só, em termos restritos, o que seria a pesquisa, mas sobretudo, o que se refere à ação-participativa. Mesmo assim cabe evidenciar que, nas palavras de Egg (1990), o modo em que se faz o estudo já é uma ação, isto é, ação de organização, mobilização, sensibilização e conscientização, uma ação coletiva que tem a potência de transformar a realidade para e com os sujeitos da agroecologia.

Referências

ALVES DOS SANTOS, Roseli; SAQUET, Marcos. Considerações sobre a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. *In: SAQUET, M.; ALVES DOS SANTOS, R. (org.). Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 201-218.

BONETI, Lindomar. **O significado histórico do levante armado dos colonos do Sudoeste do Paraná ocorrido em 1957**. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 1997.

CALGARO, H. F.; SILVA, N. J. R.; SANTOS, W (org.). **Circuitos Alimentares de Proximidades e a Economia Solidária**. Campinas: CATI, 2022.

EGG, Ezequiel Ander. **Repensando la Investigación–Acción–Participativa**. México: El Ateneo, 1990.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria**. Amsterdam: CEDLA, 1990.

MAPA. Ministério da Agricultura e Pecuária. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, 2023. **Disponível em:** <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>> Acesso em: 15 mar. 2023.

PADIS, Pedro. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. SP: Hucitec; Curitiba: Sec. da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

PINTO, João Bosco Guedes. **Pesquisa-Ação: Detalhamento de sua sequência metodológica**. Recife: Mimeo, 1989.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o RS** (vol. I e II). Porto Alegre: Globo, 1969.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003 [2001].

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. *In: SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. (org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 157-186.

SAQUET, Marcos. A reprodução das práticas agroecológicas num movimento de práxis territorial contra-hegemônica. *In: MIZUSAKI, Márcia Yukari; ROMA, Cláudia Marques; VIEIRA, Alexandre Bergamin (org.). Questão agrária e práxis social no século XXI: impasses, desafios e perspectivas*. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 251-279.

SARANDON, S. Potencialidades, desafíos y limitaciones de la investigación agroecológica como un nuevo paradigma en las ciencias agrarias. **Revista de la Facultad de Ciencias Agrarias**, v. 51, n. 1, p. 383-394, 2019.

SEAB. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Departamento de Economia Rural – DERAL. Produção Agrícola do Estado do Paraná. **Diagnóstico Agropecuário Paranaense Ano 2022 - (safra 20/21)**, v. 02 n. 2, 2022.

SILVA, N. J. R.; TRIGO, J.; PRADO, G.; SILVA, T. M. M. **Ativar proximidades para construir a economia solidária**. Folha Santista. 2021. Disponível em: <https://folhasantista.com.br/noticias/ativismo/ativar-proximidades-para-construir-a-economia-solidaria/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

STROPARO, Telma; FLORIANI, Nicolas; LESAMA, Manoel. Sistema participativo de certificação: experiências na constituição do NEA. *In*: FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Dimas (org.). **Territorialidades ecológicas, autonomia socioambiental e desenvolvimento local**: experiências de um núcleo de estudos e capacitação sociotécnica em agroecologia. Santo Augusto: Editora Panaro, 2022, p. 79-110. DOI: <https://doi.org/10.55328/edpan.978-65-84794-05-4>

WACHOWICZ, Ruy. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Ed. Vicentia, 1987.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 2, p.201-266, 1949.

Recebido em 21/08/2023.

Aceito para publicação em 20/09/2023.